

Cultura viva, cultura de paz e reencantamento do mundo

Una síntesis en español:

Mantenemos en portugués (o en brasileño, que no siempre es lo mismo) este texto de Hamilton Faria por una razón: esta Latinoamérica nuestra necesita romper ya la barrera del idioma y la manera de romperla es asumiéndola. Una síntesis en español para motivar su lectura:

Hamilton hace en este artículo un recuento de políticas y procesos culturales de Brasil, con una mirada hacia la cultura como generadora de una nueva ciudadanía y como eje de lo que él califica como el principal reto hoy de la cultura en nuestro continente: la Cultura para la Paz: “una cultura de carácter civilizatorio”. El mayor desafío, dice Hamilton, es la construcción de la convivencia desde la diversidad cultural. Y propone agendar el tema de la paz como transversal en todos los campos de la actividad humana.

Señala Hamilton Faria las que podrían ser tres grandes dificultades para la Cultura Viva Comunitaria: salir más allá de la cultura (hablar con otros, involucrar a otros); avanzar a pesar de los presupuestos que se asignan a la cultura y, especialmente, a los proyectos de cultura comunitaria (señala que en 2015 el presupuesto de Brasil para Puntos de Cultura bajó en un 37%); y la reforma de la máquina pública, que es el reto contra la burocracia de todos los niveles: o contra esa estupidez de la burocracia, para decirlo concretamente, que entorpece el trabajo cultural, por no entendimiento o por desentendimiento.

APRESENTAÇÃO

Desde inicio dos anos 2000 trabalhamos buscando cruzar as linhas de cidadania cultural já presentes na sociedade e as novas linhas de trabalho voltadas para a cultura de paz e a convivência.

Acreditamos que construir a mudança social com democracia e diversidade cultural implica em afirmação da convivência intercultural. Este talvez seja o maior desafio do mundo contemporâneo, marcado por violências, discriminações e intolerâncias de toda ordem.

Esta narrativa destacará um conjunto de ações, - pois cumprimos um plano de trabalho estabelecido pelo convênio com o Ministério da Cultura, - mas também ideias e forças para o desenvolvimento humano pessoal e coletivo. Estamos hoje não apenas construindo a democracia no seu sentido institucional, mas

trabalhando com valores civilizatórios, de uma nova forma de viver, de ser, de pensar, de conhecer, a partir de referenciais já presentes na história do país. Portanto, extrapolamos o campo da política *stricto sensu* e caminhamos pelas sendas da cultura, pelas transversalidades do conhecimento e da experiência; e pelo tatear de novos caminhos culturais-existenciais.

Uma instituição com propostas de políticas públicas e urbanas, um núcleo “estável” de pensamento, parte em direção à diversidade cultural do país, para as diversas cores e modos de viver, especialmente dos jovens, com o intuito de plantar valores de convivência, com diversidade; com novos sentimentos de estar juntos, buscando pontos de união, interculturalidade, convivência; e aproximação de experiências e sugestão de políticas públicas.

Consideramos o Programa Cultura mais que uma política cultural, mas também uma política de caráter civilizatório que propõe, a partir das dinâmicas vivas da cultura, um outro paradigma de desenvolvimento humano. Se levarmos em conta as várias experiências construídas em todo o Brasil: da defesa da Amazônia, às culturas populares do interior de São Paulo; dos povos ciganos ao LGBT de todo o Brasil; das novas tecnologias de comunicação, aos povos quilombolas do litoral paulista; das culturas do interior do Brasil aos estudantes universitários, - podemos afirmar que as cerca de 4000 experiências trataram de cumprir um dever simbólico, o de “desesconder” o Brasil, tão apagado por anos de escravidão, política republicana de elite e sentimento de sociedade escravocrata. O Programa Cultura Viva mostra as potências culturais do país e dá legitimidade a culturas outrora apagadas nos conceitos genéricos de desenvolvimento.

Agora, tratamos de abrir este caminho da Cultura de Paz como a mais nova fronteira de experiência do Cultura Viva Comunitária, cruzando vivências, políticas e valores em todo o país.

O Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólís está nascendo.

OLHANDO PARA HORIZONTES E POSSIBILIDADES

Em meados dos anos 1990, o Instituto Pólís foi protagonista da criação do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) com outras instituições – uma articulação nacional que integrou a prática e o debate cultural de 27 estados brasileiros, um feito inédito naquele momento da história. Fomos estimuladores de realidades e - não tenho dúvida alguma em dizer isso - da ação cultural de vários municípios brasileiros e criação de gestões da cultura, e do próprio cenário propício da gestão de Gilberto Gil, que ensaiou um verdadeiro salto de qualidade no desenvolvimento cultural brasileiro

recente. Naquele momento falávamos da importância da cultura para o desenvolvimento social, para a qualidade de vida, para a sustentabilidade. Defendíamos processos participativos na cultura, com conselhos, conferências, escutas, descentralização das ações no território; propúnhamos uma democracia cultural e não apenas a democratização da cultura. Contrapúnhamos este projeto a outro de “acesso aos bens e democratização da cultura”, promovido por alguns dirigentes culturais e pelo próprio Ministério da Cultura da época, que pouco via os processos criativos e participativos e a autonomia dos grupos culturais. Dizíamos que o acesso era importante, mas que na verdade tratava-se da diversidade criativa e do pluralismo e não apenas do acesso a uma cultura já estabelecida.

O centro do nosso trabalho era o desenvolvimento humano e criticávamos aqueles que consideravam a cultura como “um bom negócio”, lema da gestão do Ministro Francisco Weffort no Ministério da Cultura. Era o momento da implementação da Lei Rouanet, de financiamento à cultura, e de outras leis locais como Lei Mendonça (São Paulo), que buscavam auferir recursos para a cultura. Os artistas e produtores culturais embalados e vivendo anos de dificuldades financeiras iludiam-se com este debate; e o Instituto Pólis era sempre um contraponto à centralidade das leis de mercado. Dizíamos que as leis de cultura para acessar recursos deveriam subordinar-se aos processos participativos, ao debate da questão cultural e das políticas culturais, contextualizadas no cenário de desenvolvimento humano do país. Participamos e coordenamos centenas de encontros de norte a sul do país. O nosso trabalho ganhou grande credibilidade a ponto de secretários do Ministério da Cultura reconhecerem publicamente que tudo o que estavam fazendo era também inspirado nas experiências do Pólis e do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

O FIC E A CULTURA DE PAZ

Já falávamos em paz desde meados da década de 1990, como elemento constitutivo do desenvolvimento humano. A “Agenda cultural para o Brasil do presente”, de 2003 consolida este caminho: “Um novo movimento social cresce, principalmente nas grandes cidades: o da cultura da paz. Inicialmente causa um estranhamento mesmo àqueles acostumados com a cultura da violência. No ano 2000, considerado pela UNESCO o ano da Cultura de Paz, foi feito um chamamento aos povos do mundo por uma cultura de paz e não violência em um Manifesto assinado por um grupo significativo de personalidades agraciadas com o prêmio Nobel. Neste Manifesto a cultura de paz é entendida como: respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade.

Resumindo, a cultura de paz significa a rejeição de todo o tipo de violência à vida – seja sexual, física, psicológica, das palavras e ações.” (1)

E chamávamos a atenção para um fato evidente: a presença da cultura da violência em nosso modo de vida, particularmente nos bairros mais pobres das cidades, nas regiões rurais, entre os jovens das escolas públicas. Anunciávamos também o surgimento de redes, conselhos, ações em defesa da vida, atividades de grupos religiosos, ONGs, etc presentes com propostas de cultura de paz. Identificávamos como pontos de violência o crime organizado, a violência da polícia e apontávamos a cultura de paz como única e exclusiva via possível para a construção das sociedades sustentáveis no mundo contemporâneo.

Por outro lado dizíamos, na *Agenda Cultural para o Brasil do Presente*, em 2003:

“É importante reafirmar que cultura de paz não significa ausência de luta, não reconhecimento ou enfrentamento de conflitos, ou formação de imaginários homogêneos, pelo contrário, é uma resistência ativa, porém de caráter pacífico e propositiva.

No próximo período as políticas públicas deverão agendar o tema da paz como transversal em todos os campos da atividade humana e mobilizar a sociedade para a resolução pacífica dos conflitos.”(2)

E passamos a construir juntamente com a população os conselhos municipais de cultura de paz em São Paulo e Itapeverica da Serra. Em São Paulo aprovamos, com várias instituições, a Lei do Conselho de Cultura de Paz (Mandato do Vereador Nabil Bonduki) e em Itapeverica, em parceria com a Secretaria de Cultura, coordenada por Sebastião Soares, criamos o primeiro (ou um dos primeiros) conselho municipal de cultura de paz do país.

Começamos a participar também do Conselho Parlamentar da Cultura de Paz, na Assembleia Legislativa; contribuimos também para a sua criação. O Conselho Parlamentar de Cultura de Paz – CONPAZ, que reuniu dezenas de entidades e grupos religiosos, culturais e sociais, liderados pela Associação Palas Athena, durante seu período inicial constituiu-se como uma verdadeira incubadora de projetos e valores de cultura de paz. Ali estavam presentes a UNESCO, representantes do legislativo, de associações da sociedade civil, da universidade, do governo e um número eloquente de organizações religiosas. Era um ponto de convergência de redes culturais de São Paulo, as mais significativas no contexto da cultura de paz. Dali saíram proposições de articulação de conselhos municipais em várias cidades, seminários, encontros, metodologias, ações, campanhas, atos públicos, celebrações; e por ali

circulava uma plêiade de personalidades e um conjunto de valores de não violência e de valores do bem viver. Estes valores reverberavam também pelo Comitê Paulista da Década da Paz (3) que desempenhava um papel fundamentalmente formador de uma outra consciência assentada em valores de paz e não violência.

A esta altura já estávamos envolvidos com redes internacionais, como é o caso da “Aliança por um Mundo Responsável Plural e Solidário”, que já defendia a paz, inclusive com grupos formados em vários países, já na década de 1990, e incluía esta questão em suas participações e debates. No início dos anos 2000, em Syros, na Grécia, concluímos com 24 países a “Carta das Responsabilidades Humanas”, que incluía a cultura de paz entre seus princípios, proposta pelo Pólis e pelo Fórum Intermunicipal de Cultura. Edgard Morin estava no Comitê de Redação, onde também participamos, com Edith Sizoo (França) e Gustavo Marin (Chile).

E LA NAVE VA

Em 2007, apresentamos uma proposta de trabalho para a Secretaria da Diversidade Cultural, do Minc, coordenada por Célio Turino. Esta secretaria era a responsável pelo Programa Cultura Viva que incluía os Pontos de Cultura, um conjunto de ações que buscava fortalecer as práticas culturais de coletivos, associações, grupos, redes com experiências já em curso. E constituiu-se como a política pública de cultura de maior sucesso de todos os tempos, naquele momento contando com centenas de experiências em todo o país e alguns pontos (educação, tecnologias digitais, ecologia, mapeamento etc) - mas ainda não existia um ponto de cultura de paz. O próprio “tema” ainda causava estranhamento ao Ministério da Cultura. Os ativistas da cultura, e principalmente militantes de movimento ou ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), outros partidos ou segmentos culturais, salvo raras exceções, desconfiavam da cultura de paz e a entendiam como ocultação de conflitos e contradições, ou mesmo colocar panos quentes na “luta de classes”. A estratégia desses segmentos ainda passava, certamente, pela possibilidade da violência, apegada a um imaginário fértil das décadas de 1960/70. Em 2004, no Maranhão, sensibilizado com a cultura de paz, Joãozinho Ribeiro, do Fórum de Cultura de São Luís, incluiu um debate sobre cultura de paz e reencantamento do mundo, que foi uma espécie de apresentação dessas novas ideias que começavam a se evidenciar nas políticas públicas do Brasil. Com a participação de redes de todo o país, falamos sobre a centralidade da cultura de paz para o desenvolvimento humano, para a qualidade de vida e a cidadania cultural. Tivemos no início do

trabalho como principal tarefa explicar aos técnicos e às redes culturais do país o que era a cultura de paz.

A ARTEMETODOLOGIA DAS AUSCULTAS

Fomos atrás de fontes inspiradores: a nossa própria reflexão sobre cultura, que já acolhia o desenvolvimento humano – soluções e metodologias pacíficas; a nossa intervenção temática nas redes culturais que se inicia mais incisivamente no início da década da cultura de paz (2000); a presença na inspiração e formação de conselhos municipais de cultura de paz; o aprendizado ao escutar o território. Entre 1997-2004 participamos da construção do projeto Barracões Culturais da Cidadania inspirado por Tião Soares, um ardente formulador e inspirador da “Auscultação Social”, a metodologia por excelência dos Barracões. Mais tarde, em 2005/2006, trabalhamos e desenvolvemos essa metodologia com jovens da Cidade Tiradentes. Construimos em conjunto um livro a partir da escuta dos jovens (*Jovens da Cidade Tiradentes/ De onde ecoam suas vozes?*). Buscávamos escutar dialogando com suas culturas. Escutar é colocar-se no lugar do outro, abrir-se para a possibilidade do outro em si, sair da sua redoma para o movimento de acolher e crescer com o outro; dar visibilidade ao outro, contribuindo para a sua revelação e legitimação e, assim, no limite, levar o outro consigo na trajetória de seus fazeres, sentires e saberes – enfim, considerar o outro como parte integrante da sua vida. Portanto, não é um método “científico” que facilita a “chegança” a algum objetivo, é a própria vida em conversação. O estar em roda (pedagogia da circularidade) propõe uma forma diferenciada de convivência, desperta o pertencimento ao todo e à valorização de cada um, e proporciona relações mais horizontais, colaborativas e íntimas.

O que significa isso? Significa que não queríamos apenas pesquisar o desejo e intenção dos jovens, suas escolhas e preferências, seus dilemas e propostas. Queríamos mais: seus ruídos interiores, o burburinho subjetivo, imerso dentro de cada um e nos coletivos; queríamos conhecer a sua cultura, de onde emergem as suas propostas, suas cores e tons, sonhos e imaginários. Era um momento único para ouvi-los – sempre de forma ativa, com debates e propostas, articulação em rede, conexões com a cultura local. Mas, principalmente, valorizá-los como pessoas relacionais, consigo e com o outro, e acolhê-los dentro de suas potências e limites; legitimá-los como pessoas e protagonistas da vida e da cultura. Um trabalho do ativista cultural, do artista, do educador, mas algo inovador que integrava estes conhecimentos e sensibilidades. A artemetodologia valorizava a pessoa, o ser cultural, as redes da qual participava, integrava e respeitava saberes, desde fontes ancestrais

a saberes tecnológicos e digitais, e propunha a aproximação física, emocional e cultural, o mapa da convivência, as propostas de políticas culturais. E várias vivências: objetos-símbolos do grupo, fogueiras poéticas, as dádivas da paz, a poética do silêncio, as escutas poéticas, jogos, desenvolvimento dos sentidos etc. Foram vários os elementos que integraram este trabalho. O silêncio aqui ganha especial relevo: forma de contato com realidades sensíveis, concentração, sabedoria ancestral, conhecimento do outro e de si mesmo, escuta – tudo era propriedade do silêncio.

Um grande horizonte que se abriu para dar consistência conceitual a nossas práticas foi o Manifesto 2000 da UNESCO, especialmente em três pontos definidores da cultura de paz: “o respeito à vida”: tomamos isso ao pé da letra, como respeito a toda a comunidade dos seres vivos – os direitos, as expressões da diversidade, a biodiversidade, as poéticas da existência; “a não violência” em todos os sentidos - direta, simbólica e estrutural (verbal, sexual, étnica, de gênero, etc) e especialmente o “ouvir para compreender”. E é neste último que residirá o fulcro de nossa artemetodologia.

Precisávamos ouvir em todos os sentidos: o momento cultural de cada um e do grupo, suas relações com o território e a cultura, com outras redes, suas críticas às políticas públicas estabelecidas, o seu processo de convivência, o momento civilizatório do planeta, o acolhimento da ancestralidade, e indagações sobre o futuro. Só a partir daí iríamos forjar a convivência, aproximar pontos e reforçar a contribuição intercultural de cada grupo. Então, partimos para a grande tarefa: a de aproximar as redes culturais e a cidadania cultural dos conteúdos e redes de cultura de paz, sem dúvida um trabalho jamais realizado: partimos para auscultar 20 pontos de todo o país e mais de 600 pessoas atuantes, envolvendo principalmente jovens do teatro comunitário, cultura digital, matriz africana, matriz indígena guarani, meio ambiente, protagonismo juvenil nas periferias das grandes cidades, hip hop, saúde sexual reprodutiva, audiovisual, teatro de rua, ação griô e culturas tradicionais, capoeira etc. Uma experiência única de trato com a diversidade.

E dançamos com os capoeiristas da Bahia; tocamos tambores com participantes de terreiros de Pernambuco; fumamos o Pityguá (cachimbo) com os guaranis de São Paulo; cantamos com os jovens do hip hop, com os ambientalistas da Amazônia; aprendemos com os quilombos e com a cultura negra a força da ancestralidade; interrogamos o poder das tecnologias com comunicadores de Belo Horizonte; desafiamos-nos para escutar os surdos-mudos do Rio de Janeiro; subimos o morro com os artistas de Niterói; conhecemos melhor os artistas de teatro da zona leste de São Paulo e os trabalhos de direitos humanos da zona sul; aprendemos com jovens em ações de prevenção da drogadição do centro da cidade e outros.

O cenário estava pronto para o início das ações. De agosto de 2008 a fevereiro de 2009, cobrimos o país com nossa equipe, trazendo conteúdos, transformando-os em peças de comunicação, em outros diálogos, em propostas e articulação de redes. Para isso, criamos um GT cultura de Paz na Teia, participamos desde a primeira Teia (SP, 2008), BH (2009) e Fortaleza (2010) com palestras, ações e oficinas sobre convivência e cultura de paz. O tema ganhou discursos, textos, presença no site do Ministério da Cultura (MinC) e, na coordenação dos Pontos de Cultura, em sites de dezenas de ONGs, ações e articulações locais e regionais; imaginários. Como era de se esperar, também gerou resistências e contrapontos: “cultura de paz é apagar conflitos”, “é submissão”, “não se pode falar em paz em tempos de guerra”; “não somos da cultura de paz”; “tem que ser é na porrada”; “não há saída para a paz” etc. Tratávamos de responder a tudo com acolhimento – nas reuniões, nos diálogos promovidos pelo pontão, nos encontros do ministério. Gandhi chegou fortemente em nosso trabalho com algumas máximas: “devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”; “quero que todos os povos circulem pela minha casa”. O mais interessante é que estávamos trazendo experiências, olhares, literaturas pouco conhecida das redes culturais que estavam mais ambientadas com propostas ainda expressas num vocabulário de guerra - luta, militância, enfrentamento, estratégias, táticas, alvos, tiros e outras expressões formavam ainda um vocabulário hegemônico da comunicação. Apontávamos para outros caminhos diferenciados que instauram realidades sensíveis, modos de vida e de imaginar o mundo centrados na construção de uma cultura da vida e não apenas na luta política/cultural. Propúnhamos também contribuir para refundar a linguagem, já que estávamos num momento outro da história da humanidade.

Desde o início nos propusemos também a falar com a sociedade, não apenas com as redes especificamente culturais. Participamos de várias ações internacionais junto com dezenas de redes do país e fora dele. Nestes encontros buscamos aproximar redes internacionais e cruzar com redes nacionais e locais, desenvolver uma pedagogia da convivência, socializar experiências e conceitos, fortalecer enfim uma “cultura da cultura de paz”. Realizamos também muitas sessões de diálogo no Instituto Pólis ou mesmo nos bairros e outros espaços como as Teias municipais, estaduais, regionais e nacionais, nas quais estivemos envolvidos na sua produção e organização, principalmente através da presença ativa da equipe técnica do Pontão. Os temas variaram: desde novas tecnologias, a participação cultural, a interculturalidade na América Latina, meio ambiente, democratização dos meios de comunicação, direito à cidade e convivência, poéticas de rua, tecnologias de convivência, etc; tudo isso com arte, culturas ancestrais, novas tecnologias, escutas, debates públicos etc. Uma das propostas importantes que criamos foi o Apropriarte/Conviver em Paz nas Cidades. Nossa intenção era criar uma metodologia de trabalho nos espaços públicos, apropriar-se destes

lugares, dar um sentido cultural e educativo a estes espaços, democratizar a palavra com pessoas que geralmente estão fora dos lugares de representação. Realizamos vários “Apropriarte” nestes anos de trabalho. Destacamos dois eventos: em 2010, em Santa Teresa/Rio de Janeiro e Praça da República/São Paulo. Reafirmamos nestes eventos a importância da apropriação dos lugares públicos- não apenas da presença da arte, mas da educação nas ruas, com metodologias apropriadas – com a presença de música, falas, rádio web, dança e outras manifestações culturais. Nestes anos (2008-2014), também desenvolvemos trabalhos em espaços educativos como a Fundação Casa e escolas. Foram eventos de capacitação para a convivência e cultura de paz que trabalharam princípios, valores, experiências e caminhos possíveis para a convivência em paz. A nossa linha de publicações, sistematizando experiências e reflexões, sempre foi um fato central na vida do Pontão de Convivência, tradição que já vinha do Instituto Pólis, e especialmente da área de cultura. Nestas publicações debatemos o papel do artista e da arte, as políticas públicas de cultura de paz, os espaços públicos de participação, as metodologias de trabalho com cultura de paz, as pedagogias da convivência e educação para a paz, a arte, o reencantamento do mundo e direito à cidade. Tudo isso também difundido nas redes - boletins, twitter, facebook, sites etc, em nossos meios de comunicação, que atingem milhares de agentes socioculturais no país e em todo mundo. Defendíamos a importância da comunicação para a cultura de paz, para desconstruir valores, lançar novas culturas e desafios contemporâneos.

O ENCONTRO NACIONAL CONVIVER EM PAZ NAS CIDADES

Quero destacar nesta reflexão o Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades, setembro de 2013, uma espécie de ponto culminante das realizações e energias destes anos de trabalho. Buscamos integrar as agendas dos Pontos de Cultura, da ação do Pontão e da agenda da cidade de São Paulo, marcadas pelo recrudescimento da violência, violação a direitos humanos e degradação da qualidade de vida – enfim, um convívio problemático entre os diferentes que formam a cidade – espaços públicos degradados; ausência de diálogo e cansaço de uma gestão municipal afastada dos interesses reais da cidade, desde a década passada. Identificamos que havia carência de políticas públicas de convivência e cultura de paz e que o estado não foi ator relevante nesse processo.

Encontro Nacional propôs a articulação e formação de agentes de cultura de paz, fortalecimento das redes existentes, pensar a ampliação das ações e sua transformação em políticas públicas e contribuir para a construção de uma agenda nacional de cultura de paz.

Assim, ampliamos o debate com a presença de praticamente todas as importantes redes de cultura de paz do país e governo local comprometidos com a convivência e o direito à cidade; estimulamos a troca de saberes em diversos grupos e temas como diversidade e convivência, mobilidade urbana e mobilidade cultural, apropriação dos espaços públicos, tecnologias socioculturais, educação para a paz e reencantamento do mundo, e comunicação e cultura de paz. Os temas foram construídos pelo Pontão a partir de diálogos das auscultas, diálogos com parceiros e participação nas redes e favoreceram a aproximação entre redes culturais e redes de paz e direitos humanos, com a participação de cerca de 150 agentes culturais e participantes de 12 estados brasileiros, afora centenas de outros presentes em eventos preparatórios. Finalmente, o Encontro Nacional fortaleceu estes temas conectados com paz no Programa Cultura Viva de todo o país.

CULTURA DE PAZ E CULTURA VIVA COMUNITÁRIA: A INTERCULTURALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Em 20 e 21 de maio de 2013 o Pontão realizou, em La Paz, o **Círculo de Visão** “Cultura de Paz, Convivência e Interculturalidade”, na sede da Universidade Mayor de Sans Andrés, com a participação de Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile e Peru. Após vivência e testemunhos identificamos questões relativas a desafios da cultura de paz no continente, as principais propostas e demandas, e elaboramos documento a ser incorporado como decisões do *1º Congresso Latino-americano Cultura Viva Comunitária*. Destacamos a seguir algumas dessas importantes questões.

O **Círculo de Visão** propôs, no final da oficina, que se considerasse a Rede Cultura Viva Comunitária como expressão da diversidade cultural com cultura de paz; que a cultura de paz seja entendida nos marcos do Manifesto 2000 da UNESCO: respeitar a vida, rejeitar a violência, ouvir para compreender, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade, com a participação da comunidade e respeito aos princípios democráticos; que a cultura de paz não é sinônimo de passividade, desconhecimentos dos conflitos ou esquecimento, mas resistência ativa para a construção de um mundo melhor; que deve cuidar da linguagem e do vocabulário, expressando a comunicação não violenta, o cuidado com os outros e com a comunidade dos seres vivos – as palavras devem ser guardiãs do encantamento; que desejamos construir não apenas projetos políticos e culturais, mas mundos amorosos, coloridos, poéticos, que expressem o nosso sentimento estético e emotivo – queremos que nossa ação incorpore a poética de nossa existência na América Latina e na Terra

(Patchamama); a violência direta, cultural/simbólica e estrutural deve ser rejeitada com resistência ativa e pacífica.

Assim, a rede Cultura Viva não é apenas um lugar cultural e político, mas também de encontro afetivo, amoroso, de descolonização dos corpos e desarmamento dos espíritos.

Deve-se também fortalecer a participação cidadã na tomada de decisões e as redes de soberania alimentar e comércio justo. Em relação às metodologias, as propostas indicaram o método da escuta para fomentar a cultura da não violência e desenvolver metodologias de conversação, mediação, comunicação não violenta e participativa envolvendo escolas, lugares públicos e outros espaços de convivência, além da criação de círculos restaurativos de paz nos territórios; e a criação de prêmios que dignifiquem e fortaleçam a cultura de paz. Finalmente, a democratização dos meios de comunicação e a multiplicação de mídias da paz como fatores centrais para a construção da democracia e do bem viver.

Analizamos também propostas de direito à vida na América Latina destacando a criação da Ley Madre Tierra (Bolívia), La Ley de los Derechos de la Naturaleza (Equador) e os projetos brasileiros de Florestania e Hidrociudadania (Brasil).

Pode-se traduzir o trabalho deste “**círculo de visão**” como uma poética do encontro, em que buscamos uma relação com nossos potenciais afetivos e culturais, a unidade na diversidade (as várias visões de países e experiências) e um pertencimento à natureza, e diálogos com fortes cosmogonias ancestrais. No campo das propostas surgiram temas e ações transversais que podem potencializar a construção da cultura de paz na América Latina a partir das redes de cultura viva.

E ASSIM CHEGAMOS AOS RESULTADOS

Nossos temas ganharam o país e a América Latina, chegaram nos confins da Amazônia e do Nordeste, nos grandes centros urbanos e no sul do país. Após as nossas Ausculta, pessoas propunham encontros locais, incluíam a paz de forma explícita em suas agendas, colocavam placas “Aqui se faz cultura de paz” na parede dos pontos, incluíam em textos etc. Durante esses anos mantivemos ativa a nossa comunicação nas redes sociais e no site do Instituto Pólis e muitos outros sites do país reproduziam nossas notícias, além de entrevistas e textos na grande imprensa e na imprensa alternativa. Por outro lado, em todas as oportunidades criamos nossos próprios espaços de cultura de paz, para o debate de valores e práticas de convivência.

Nas Auscultas, os jovens reconheceram o valor da sua experiência pessoal e cultural indicando caminhos de convivência e propostas de políticas públicas, fortalecendo redes locais, aproximando-se com o território e com articulações nacionais. É certo que estes acontecimentos já estavam em curso também na própria experiência dos Pontos de Cultura. A novidade é que, com nossas Rodas de Conversa com artemetodologia, fortalecemos ainda mais estas dinâmicas, reforçando os aspectos de construção da paz do ponto de vista individual e grupal, contextualizando a experiência num cenário nacional e internacional; e conceitual. O resultado foi que os Pontos de Cultura identificaram-se com essas experiências e muitos reconheceram que na sua visão de participação, de diversidade e cidadania já estavam presentes valores de cultura de paz - e isso contaminou as redes de várias regiões. Um dos melhores resultados da experiência foi a nossa presença na construção de vários encontros internacionais. Atuamos com redes voltadas especificamente para a cultura de paz em encontros que mobilizaram dezenas de importantes redes internacionais com temas os mais múltiplos: pedagogia da convivência, políticas públicas de cultura de paz, mapeamentos socioculturais, diversidade cultural, desenvolvimento local, jovens e protagonismo, novas mídias, interculturalidade etc.

Destacamos aqui a presença em redes culturais da América Latina com a realização de vários encontros no país e fora dele com o mote da cultura de paz. A nossa presença, trazendo uma realidade viva dos pontos de cultura e outras práticas culturais, trouxe elementos importantes para responder desafios da construção da paz em territórios vulneráveis. A presença no território foi uma constante do nosso trabalho, potencializando grupos de jovens, estudantes de escolas públicas, redes locais, eventos etc. Isso se sedimentou o nosso Apropriarte, em 2011, no Rio de Janeiro e em São Paulo, buscando fortalecer práticas públicas de apropriação de espaços, com metodologias de arte e conversas de rua. Também nas caminhadas de 2013 (Caminhada Poética da Cidade Tiradentes); Gestos de Paz (na Praça da República/ Centro de São Paulo) e Símbolos da Paz (em Diadema) - mobilizamos a comunidade escolar, moradores e redes de pontos de cultura e outros participantes de caminhadas para esses atos simbólicos no território. Consideramos em nosso percurso que a presença no território, bem como a conexão com populações locais, é o grande desafio a ser enfrentado.

Esse conjunto de ações voltou-se para potencializar o trabalho em rede – ações territoriais, nacionais e internacionais, escutas, encontros das Teias etc, buscando implementar a cidadania cultural em diálogo com a cultura de paz.

Um dos momentos mais potentes e emblemáticos desse fortalecimento das redes da diversidade foi a realização do Encontro Nacional Conviver em Paz nas Cidades com o tema “Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à

Cidade”. Neste momento, encontraram-se 12 estados brasileiros, com representantes da sociedade civil e dos governos, da UNESCO, das ONGs de cultura de paz, os mais diversos atores, para pensarem na pluralidade de experiências que convergem para o direito à cidade com convivência e cultura de paz.

BUROCRACIA E DESENCANTAMENTO

Não poderíamos concluir esta reflexão sem nos referirmos às dificuldades que tivemos para a realização do projeto do Pontão durante esses anos. Não há dúvida de que o Programa Cultura Viva foi concebido como um polo dinamizador da diversidade viva, constituindo-se como um dos programas mais relevantes de nossa história cultural. Propunha-se a estabelecer uma sintonia com o desenvolvimento cultural do país, prioridade abandonada na história brasileira, que se centrou quase exclusivamente no desenvolvimento econômico. O Programa Cultura Viva deveria possibilitar o acesso às políticas públicas de segmentos antes excluídos da cultura - e por que não dizer dos resultados do desenvolvimento. Na fase heroica, de criação e consolidação dos pontos, invocaram-se forças vivas muitas vezes sem o respaldo da burocracia que não estava ainda preparada para suportes desta natureza; não oferecia condições para a realização do tempo cultural com agilidade e eficiência. Esse quadro de precariedade se intensificou após a gestão da ministra Ana de Holanda e tem seus reflexos até os dias de hoje, esbarrando hoje em escassez de recursos (diminuição de 37% dos recursos destinados à cultura neste ano de 2015), em questões de ordem administrativa e outras de ordem estrutural; de gestão pública do país.

O que concluímos é que há uma necessidade premente de reformar a máquina pública ainda não preparada para o dinamismo dos novos tempos, e particularmente para a criação cultural. Não se pode dar vazão aos fluxos da cultura sem mudanças desta ordem.

O Projeto do Pontão, inicialmente concebido para três anos, aconteceu em seis anos, por vários motivos. Entre o primeiro e o segundo ano o recurso levou cerca de 10 meses para chegar, e entre o segundo e terceiro ano levou oito meses. Isso depois de mobilizarmos a equipe com trabalho voluntário, contatos com o ministério, viagem com recursos próprios para Brasília, encontros e pedidos a gestores; centenas de telefonemas e solicitações sem resposta; documentos perdidos etc. Por outro lado, havia muitas mudanças no ministério e tínhamos que explicar sempre quais eram os nossos propósitos, pasmem, explicar quem era o Pólis e a que se propunha o Pontão. Também pedíamos revisão do Plano concebido para um tempo e executado em outro e adiamento

de convênio, pois também dávamos suporte a atividades de organização da Teia e outros encontros, fruto da atividade cultural que não é linear. Um plano de trabalho com ações precisas combina-se com outro plano invisível decorrente das atividades, só que apenas o primeiro merece atenção na prestação de contas. Esses emperramentos burocráticos somam-se a um edital austero e com pouca flexibilidade, também não adequado ao tempo cultural - vivo e criativo. Isso tudo nos levava a um trabalho adicional com a equipe - sensibilizarmo-nos para o reencantamento, sairmos do desânimo, reagirmos com valores de cultura de paz; acreditarmos que as coisas podiam melhorar etc. Assim, podemos dizer que a burocracia como está formatada foi criada muito mais para o desencanto do que para que a imaginação criar asas e construir mundos culturais vivos. A burocracia somada à falta de preparo de quadros para a gestão nos leva a um território onde corremos o risco de paralisarmos a criatividade e desacreditarmos em nossa própria força.

Entendemos que as redes culturais necessitam enfrentar estes desafios com urgência para que as práticas culturais possam realmente criar um país da diversidade cultural.

FINALMENTES

Reconhecer os conflitos e resolvê-los sem violência e construir a cultura de paz, implica necessariamente em estabelecer outras formas de convivência, do viver entre diferentes, do funcionamento democrático com participação plena, e decidir sobre os fazeres socioculturais e compartilhamentos de saberes e experiências nas comunidades. Trata-se de um processo muito mais complexo do que o combate à violência direta, estrutural e cultural/simbólica. Por isso, também a cultura de paz é mais que um simples tema – são visões de mundo, filosofias do viver em comum, paradigmas de novo processo civilizatório.

Um dos maiores desafios contemporâneos é construir processos socioculturais com ações, pensamentos, metáforas, símbolos, contextualizados em cenários de paz. O conflito precisa ser reconhecido: ele existe, mas não será necessário transformá-lo em disputas violentas.

A guerra foi estruturando sociedades, culturas, civilizações. A arte da paz está justamente em encontrar pontos de convivência que permitam uma relação do tipo soma-soma, uma produção de sentidos para todos os envolvidos, reconhecendo-se razões múltiplas e não apenas a de um dos interlocutores.

Um das grandes questões é identificar onde e como está o conflito, suas formas de resolução e o crescimento transformativo de todas as partes. Assim,

abordar a cultura de paz nas redes de paz será sempre importante, mas o grande desafio, nos próximos anos, será encontrar formas de comunicação e construção de convivência no interior dos territórios vulneráveis, com “pessoas comuns”, a partir da multiplicidade de pontos de vista dos agentes locais, do “ouvir para compreender”, de “ausculta socioculturais” dessas comunidades. E será necessário avançar muito mais ainda nas metodologias e artemetodologias. Insistimos nessa expressão porque os métodos puramente “científicos” de ensino e comunicação não darão conta da complexidade deste cenário se não se somarem à criação e arte e ao desenvolvimento dos potenciais criativos em todos os níveis

Por outro lado, há que se avançar nas políticas públicas de cultura, com novos diálogos, não apenas com públicos específicos e “culturais”, mas ampliá-lo para culturas mais amplas, incluindo valores, cultura da economia, do meio ambiente, da comunicação, da tecnologia, da mobilidade urbana e cultural, não apenas voltadas aos segmentos das linguagens artísticas. E aí os Pontos de Cultura são pioneiros, sementes de civilização, pois incorporam a cultura da vida, do “bien vivir”, propõem a descolonização de uma visão cultural assentada nas elites, e valorizam todas as culturas, das regiões do país, as suas diferenças e visões de mundo. Assim, um dos grandes desafios das políticas públicas será, nos próximos cenários, colocar de pé novamente o Programa Cultura Viva, criar políticas públicas de cultura integradoras, transversais e híbridas que possam somar visões, amplitudes e recursos e capilarizar por segmentos vulneráveis, território de difícil acesso das políticas públicas, mesmo no Brasil. Um caminho merece urgência: formar uma economia solidária da cultura apoiada em princípios de cidadania cultural, tendo como maior protagonista os pontos de cultura.

Sair dos “templos” da cultura para construir processos educativos e culturais no mundo público das ruas, praças, logradouros, poderá ser também ideia-força construtiva de novos valores, verdadeiras contralinguagens ao *mass media*, que banaliza visões de mundo e empobrece processos existenciais e potencialmente ricos.

Não há dúvida de que nos anos que virão precisaremos cada vez mais da convivência poética para o diálogo intercultural, visando o desenvolvimento humano. A questão está em desenvolver esta atuação nos territórios da diversidade/vulnerabilidade e não apenas entre redes que já dispõem de conceitos e práticas comuns e “civilidade” no convívio.

Produzir novos sentidos do público, desenvolver formas presenciais de comunicação não violenta, envolver atores “opostos” e conectá-los em convergência; incluir novos diálogos e ausculta no rol das políticas públicas transversais, incluir a não violência ativa nas práticas sociais e recuperar a

gentileza e o bem-estar de estar juntos, celebrando a diversidade como valor, - pode gerar linhas de desenvolvimento e paradigmas de mudança com cultura de paz, não violência e reencantamento.

É certo que o caminho será longo e desafiador para que um novo modo de conviver se torne cultura, na qual não mais seremos os “donos” da natureza, nem imporemos um único repertório de valores à diversidade das culturas, mas poderemos compor com elas a maravilhosa teia da vida.

NOTAS

1. FARIA, Hamilton. *Agenda Cultural para o Brasil do Presente*. São Paulo: Instituto Pólis, 2003, p. 32.

2. Idem, p. 32.

3. Comitê Paulista para A Década de Paz é parte do Movimento Mundial por uma Cultura de Paz durante a Década das Nações Unidas para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo – 2000-2010. É um espaço de reflexão e de troca de iniciativas, valores, comportamentos e dinâmicas solidárias e fraternas, criativas e sustentáveis. Este trabalho do Comitê esteve sob a coordenação da Associação Palas Athena, através de termo de parceria com a UNESCO.

4. Debate promovido em 2006 pela revista Carta Capital para avaliar a gestão Gilberto Gil.

Autor:

Hamilton Faria

Poeta

Coordenador del Área de Cultura del Instituto Polis, Sao Paulo.

Instituto Pólis

Red de Cultura Viva Comunitaria do Brasil

reencantamento@polis.org.br

omaguas@uol.com.br

www.polis.org.br

www.poetahamiltonfaria.org.

Twitter: @institutopolis

www.facebook.com/instituto.polis